

SUMÁRIO

PARTE I – FILOSOFIA DO DIREITO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE FILOSOFIA DO DIREITO	47
1.1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DO DIREITO.....	47
1.2. CONCEITO DE JUSTIÇA.....	48
1.3. ACEPÇÕES DO CONCEITO DE JUSTIÇA.....	48
1.3.1. Justiça como Retribuição	48
1.3.2. Justiça como Igualdade	48
1.3.3. Justiça como Liberdade	49
1.3.4. Justiça como Reciprocidade	50
1.3.5. Considerações sobre as Acepções de Justiças	50
1.4. SENTIDOS DE JUSTIÇA.....	51
1.4.1. Justiça como Valor Absoluto	51
1.4.2. Justiça como Valor Relativo	51
1.5. CRÍTICA À JUSTIÇA E O DIREITO CONTEMPORÂNEO	51
CAPÍTULO 2 – – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FILOSOFIA DO DIREITO	53
2.1. NOÇÕES INICIAIS.....	53
2.2. FILOSOFIA ANTIGA	53
2.2.1. Os Sofistas.....	53
2.2.2. Os Idealistas	55
2.2.3. Os Romanos.....	59
2.3. FILOSOFIA MEDIEVAL	60
2.3.1. Patrística de Santo Agostinho.....	60
2.3.2. Escolástica de São Tomás de Aquino	61
2.3.3. Escolástica de Duns Escoto	64
2.3.4. Escolástica de Guilherme de Ockham.....	64
2.4. FILOSOFIA MODERNA	64
2.4.1. Primeira Fase da Modernidade (O Estado Absoluto).....	65
2.4.1.1. Maquiavel.....	65
2.4.1.2. Bodin e Bossuet.....	65
2.4.1.3. Hobbes.....	66

2.4.2.	Segunda Fase da Modernidade (O Iluminismo e o Estado de Direito)	68
2.4.2.1.	Hugo Grotius	69
2.4.2.2.	Samuel Pufendorf	70
2.4.2.3.	John Locke	72
2.4.2.4.	Montesquieu	80
2.4.2.5.	Rousseau	81
2.4.2.6.	Kant	84
2.4.2.7.	Hegel	88
2.5.	FILOSOFIA SOCIAL	89
2.5.1.	Proudhon	89
2.5.2.	Karl Marx	90
2.6.	TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DA JUSTIÇA	91
2.6.1.	Utilitarismo	92
2.6.1.1.	O contraste entre o Utilitarismo e a Filosofia Moral Kantiana com reflexos no nosso atual cenário jurídico	94
2.6.1.2.	O Panóptico de Bentham	95
2.6.2.	Filosofia Relativista do Positivismo	96
2.6.2.1.	Positivismo Científico de Kelsen	96
2.6.2.2.	Positivismo Analítico de Hart	98
2.6.3.	Liberalismo Igualitário	100
2.6.3.1.	Posição Original e Véu da Ignorância	101
2.6.3.2.	Justiça como Equidade: Liberdade e Igualdade	102
2.6.3.3.	A Igualdade em Rawls: retomando Aristóteles e fundamentando as ações afirmativas dos dias atuais	104
2.6.3.4.	Overlapping Consensus (Consenso Sobreposto) e Pluralismo Razoável	106
2.6.3.5.	A Crítica de Martha Nussbaum: Teoria das Capacidades ..	108
2.6.4.	Justiça como Desenvolvimento	110
2.6.5.	Filosofia Moral	114
2.6.5.1.	As Relações com John Rawls	116
2.6.5.2.	Dworkin e o Pós-Positivismo	117
2.6.5.3.	A crítica de Dworkin à discricionariedade forte do positivismo e a sua própria discricionariedade pós-positivista: debates no contexto do ativismo judicial	117
2.6.5.4.	O Juiz Hércules e outros modelos de Juiz	118
2.6.6.	Libertarianismo	120
2.6.7.	Libertarianismo de Esquerda	121
2.6.8.	Comunitarismo	122
2.6.9.	Republicanismo	123
2.6.10.	Minimalismo Judicial	125
2.6.11.	Constitucionalismo Popular	128
2.6.12.	Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth	130
2.6.13.	Teoria Crítica da Justiça de Nancy Fraser	130

2.7. GRANDES TEMAS DA FILOSOFIA POLÍTICA ATUAL: PROCEDIMENTALISMO E SUBSTANCIALISMO.....	131
2.7.1. Substancialismo.....	132
2.7.2. Procedimentalismo.....	133
2.8. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	134

CAPÍTULO 3 – DIREITO E MORAL 145

3.1. UM PROBLEMA ÉTICO.....	145
3.2. SEMELHANÇAS ENTRE DIREITO E MORAL.....	146
3.3. DISTINÇÕES ENTRE DIREITO E MORAL	147
3.4. TEORIAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE DIREITO E MORAL	149
3.4.1. Teoria dos Círculos Concêntricos	149
3.4.2. Teoria dos Círculos Secantes	150
3.4.3. Teoria dos Círculos Independentes	150
3.4.4. A Teoria do Mínimo Ético	151
3.5. REAPROXIMAÇÃO ENTRE DIREITO E MORAL NO PÓS-POSITIVISMO	151
3.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	152

PARTE II – PRAGMATISMO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

CAPÍTULO 1 – FUNÇÃO JUDICIAL, PRAGMATISMO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 155

1.1. PRAGMATISMO JURÍDICO.....	155
1.2. CASO BUSH VERSUS GORE E A CRÍTICA AO PRAGMATISMO JURÍDICO.....	159
1.3. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	162
1.3.1. Noções Iniciais da Análise Econômica do Direito	162
1.3.2. Breve História e Fases	163
1.3.3. Premissas Metodológicas.....	164
1.4. ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO	168
1.4.1. Eficiência Processual versus Demandas de Valor Esperado Negativo e Demandas Frívolas	168
1.4.2. Estabilidade da Jurisprudência	170
1.4.3. Eficiência Econômica na Resolução de Conflitos.....	172
1.5. CRÍTICAS À ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: DWORKIN VERSUS POSNER	172
1.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	177

CAPÍTULO 2 – ECONOMIA COMPORTAMENTAL 183

2.1. NOÇÕES INICIAIS SOBRE ECONOMIA COMPORTAMENTAL	183
2.2. HEURÍSTICAS E VIESES COGNITIVOS.....	183
2.3. OUTROS VIESES RELEVANTES PARA O MUNDO JURÍDICO	190
2.4. PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA SOB O VIÉS COMPORTAMENTAL E PROCESSO COGNITIVO DE TOMADA DE DECISÃO	193

2.5. DESENVIESAMENTO (DEBIASING) E DECISÃO JUDICIAL.....	195
2.6. NUDGES E DIREITO.....	197
2.7. RUÍDO E FALHA NO JULGAMENTO.....	200
2.8. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	202

CAPÍTULO 3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE NO BRASIL.....203

3.1. NOÇÕES INICIAIS SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE	203
3.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E COMBATE À CORRUPÇÃO.....	205
3.3. GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	210
3.4. GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO.....	213
3.5. WHISTLEBLOWER	215
3.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	218

PARTE III – SOCIOLOGIA JURÍDICA

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE SOCIOLOGIA JURÍDICA.....223

1.1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA JURÍDICA.....	223
1.2. A SOCIOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DA SOCIEDADE	225
1.3. NOÇÕES BÁSICAS PARA A COMPREENSÃO DA SOCIOLOGIA	226

CAPÍTULO 2 – PRINCIPAIS SOCIÓLOGOS E O DIREITO227

2.1. PRÉ-SOCIOLOGIA DO DIREITO	227
2.1.1. A compreensão dos gregos.....	227
2.1.2. Idade Média	228
2.2. AUGUSTE COMTE: O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA.....	228
2.3. KARL MARX	230
2.3.1. Infraestrutura e Superestrutura.....	231
2.3.2. Direito e Instituições em Marx.....	232
2.3.3. Juristas Neomarxistas	234
2.4. ÉMILE DURKHEIM	235
2.4.1. Teoria do Fato Social.....	235
2.4.2. Divisão do Trabalho Social e Solidariedade Social	238
2.4.3. Solidariedade e Direito	239
2.4.4. Crime e Pena.....	240
2.4.5. Anomia.....	242
2.5. MAX WEBER	242
2.5.1. Metodologia e Teoria da Ação Social.....	242
2.5.2. O Estado, Autoridade, Dominação e Direito	245
2.5.3. Burocracia Estatal.....	247

3.8.2.2. Formas Heterocompositivas	317
3.9. DIREITO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA	318
3.10. RELAÇÕES JURÍDICAS VIRTUAIS	321
3.10.1. Marco Civil da Internet.....	322
3.10.2. Crimes Cibernéticos.....	324
3.10.3. Casos Não Normatizados e Interpretação Extensiva.....	324
3.11. DIREITOS DAS MINORIAS E MULTICULTURALISMO	325
3.12. CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA	328
3.13. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	329

CAPÍTULO 4 – ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA 333

4.1. INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	333
4.2. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA.....	335
4.3. GESTÃO DE PESSOAS	339

PARTE IV – TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE TEORIA GERAL DO DIREITO 343

1.1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO.....	343
1.2. ETIMOLOGIA, CONCEITO ANALÓGICO E SENTIDOS DE DIREITO	343
1.3. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO	346
1.4. PESSOAS PARA O DIREITO	350
1.5. DIREITO E SANÇÃO	353
1.6. ESCOLAS OU MODELOS TEÓRICOS DO DIREITO: A ETERNA BUSCA POR UM CONCEITO DE DIREITO	354
1.6.1. Jusnaturalismo.....	354
1.6.2. A Escola da Exegese	358
1.6.3. A Escola da Livre Investigação Científica e a Escola do Direito Livre.....	360
1.6.4. Escola Histórica do Direito	361
1.6.5. Pandectismo.....	363
1.6.6. Jurisprudência dos Conceitos	364
1.6.7. Jurisprudência dos Interesses	366
1.6.8. Juspositivismo e o Positivismo Científico.....	368
1.6.8.1. Classificações Relevantes sobre o Positivismo	368
1.6.8.1.1. Positivismos: Ideológico, Teórico e Metodológico.....	368
1.6.8.1.2. Positivismo Exclusivo e Positivismo Inclusivo.....	370
1.6.8.2. Positivismo Científico	371
1.6.8.2.1. Estática Jurídica.....	373
1.6.8.2.2. Dinâmica Jurídica.....	374
1.6.8.2.3. Interpretação Jurídica.....	376
1.6.9. O Positivismo Analítico	377
1.6.10. Realismo Jurídico	379

1.6.10.1. <i>Legal Realism</i> ou Realismo Norte-Americano (ou ainda Comportamental).....	380
1.6.10.2. Realismo Escandinavo ou Escola de Uppsala (ou ainda Psicológico).....	381
1.6.10.3. Realismo e outras Escolas Jurídicas.....	383
1.6.11. Teorias Críticas do Direito.....	383
1.6.11.1. Principais Vertentes do Pensamento Jurídico Crítico.....	384
1.6.11.2. Papel Ideológico do Direito.....	386
1.6.11.3. Ação Renovatória do Direito.....	388
1.6.12. Jurisprudência dos Valores.....	389
1.6.13. Teoria Tridimensional do Direito.....	391
1.6.14. Teoria Ecológica do Direito.....	393
1.6.15. Pós-Positivismo.....	394
1.7. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	395

CAPÍTULO 2 – TEORIA DA NORMA JURÍDICA..... 403

2.1. CONCEITOS INICIAIS DE NORMA JURÍDICA.....	403
2.2. NORMA JURÍDICA EM BOBBIO.....	406
2.2.1. Variedade e Multiplicidade das Normas.....	407
2.2.2. Estrutura e Função das Normas.....	407
2.2.3. Diferença da Norma Jurídica para as demais normas.....	409
2.3. PLANOS DE ANÁLISE DAS NORMAS.....	410
2.3.1. Existência.....	411
2.3.2. Validade.....	412
2.3.3. Eficácia.....	413
2.3.4. Eficácia como condição de Validade em Kelsen.....	414
2.3.5. Relações entre os Degraus da Escada Ponteana.....	414
2.3.6. Vigência.....	415
2.3.7. Critérios de Valoração das Normas de Bobbio.....	415
2.4. A RESSIGNIFICAÇÃO DAS NORMAS NO PÓS-POSITIVISMO.....	417
2.4.1. Relação entre Direito e Moral.....	418
2.4.2. A Distinção entre Regras e Princípios.....	419
2.4.3. A Estrutura das Normas na Contemporaneidade.....	420
2.4.4. Críticas a uma Distinção Forte entre Princípios e Regras.....	422
2.4.5. Outras Espécies Estruturais de Normas.....	426
2.4.6. Princípios Jurídicos.....	427
2.4.6.1. Evolução do Conceito.....	427
2.4.6.2. Multifuncionalidade, a Força Normogenética dos Princípios e Pamprinciologismo.....	429
2.5. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	431

CAPÍTULO 3 – TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO..... 435

3.1. DA NORMA AO ORDENAMENTO.....	435
3.2. SERIA POSSÍVEL UM ORDENAMENTO JURÍDICO COM APENAS UMA NORMA?.....	435

3.3.	NORMAS DE CONDUTA, NORMAS DE ESTRUTURA E NORMAS DE SOBREDIREITO.....	436
3.4.	UNIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO	437
3.4.1.	Fontes Reconhecidas e Delegadas.....	437
3.4.2.	Construção Gradual do Ordenamento	438
3.4.3.	Limites Materiais e Limites Formais.....	439
3.4.4.	Norma Fundamental.....	439
3.4.5.	Direito e Força	441
3.5.	COERÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO	442
3.5.1.	Antinomias	442
3.5.2.	Critérios para a Solução de Antinomias	445
3.5.3.	Insuficiência de Critérios	446
3.5.4.	Conflito de Critérios	446
3.6.	COMPLETUDE DO ORDENAMENTO JURÍDICO	447
3.6.1.	Lacuna <i>versus</i> Completude do Ordenamento.....	447
3.6.2.	Dogma da Completude.....	448
3.6.3.	Crítica à Completude	448
3.6.4.	Espaço Jurídico Vazio	448
3.6.5.	Norma Geral Exclusiva.....	449
3.6.6.	Espécies de Lacunas Jurídicas.....	449
3.6.7.	Lacunas Ideológicas	450
3.6.8.	Heterointegração e Autointegração.....	450
3.6.9.	Analogia.....	451
3.6.10.	Princípios Gerais do Direito	451
3.7.	RELAÇÃO ENTRE ORDENAMENTOS JURÍDICOS	451
3.7.1.	Pluralidade de Ordenamentos.....	451
3.7.2.	Vários Tipos de Relações entre Ordenamentos.....	452
3.7.3.	Pluralismo Jurídico	453
3.7.4.	Crise do Ordenamento e Pluralismo Jurídico.....	455
3.7.4.1.	Pluralismo Jurídico Conservador	455
3.7.4.2.	Pluralismo Jurídico Emancipatório	456
3.8.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	457
CAPÍTULO 4 - - FONTES DO DIREITO.....		463
4.1.	NOÇÕES INICIAIS.....	463
4.2.	CLASSIFICAÇÕES IMPORTANTES	463
4.3.	ART. 4º DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO E AS FONTES DO DIREITO.....	465
4.4.	FONTES DO DIREITO EM ESPÉCIE.....	465
4.4.1.	Lei (ou Disposições Normativas).....	465
4.4.2.	Costumes.....	468
4.4.3.	Princípios Gerais de Direito	471
4.4.4.	Jurisprudência	474

4.4.4.1. Precedentes.....	477
4.4.4.2. Integridade, Romance em Cadeia e Precedentes	483
4.4.4.3. Súmulas Vinculantes.....	485
4.4.5. Doutrina.....	487
4.5. OUTRAS FONTES.....	487
4.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	488

CAPÍTULO 5 - HERMENÊUTICA JURÍDICA.....493

5.1. BREVE HISTÓRIA DA HERMENÊUTICA JURÍDICA.....	493
5.1.1. Hermenêutica na Idade Média.....	494
5.1.2. O Início da Racionalidade Hermenêutica	494
5.1.3. A Viragem Hermenêutica.....	495
5.2. CONCEITOS BÁSICOS	497
5.2.1. Hermenêutica	497
5.2.2. Interpretação	497
5.2.3. Integração	499
5.2.4. Aplicação	500
5.2.5. Concretização	500
5.3. MODOS DE INTEGRAÇÃO JURÍDICA.....	501
5.4. O QUE É INTERPRETAR?.....	507
5.4.1. O Conceito Semântico de Norma: Texto Normativo versus Norma	507
5.4.2. Norma como Atribuição de Sentido.....	508
5.5. INTERPRETAÇÃO JURÍDICA CLÁSSICA.....	508
5.5.1. Espécies de Interpretação.....	508
5.5.2. Cânones da Hermenêutica Jurídica Clássica.....	511
5.6. CRISE DA INTERPRETAÇÃO DO POSITIVISMO.....	517
5.6.1. Interpretação pela Lógica do Razoável.....	517
5.6.2. Método Voluntarista do Positivismo: a Teoria da Moldura de Kelsen.....	519
5.6.3. Crise dos Paradigmas Filosóficos do Objetivismo e do Subjetivismo.....	522
5.7. CRISE DA HERMENÊUTICA JURÍDICA CLÁSSICA; REVIRAVOLTA LINGÜÍSTICA; HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E PÓS-POSITIVISMO: O NASCIMENTO DE UMA NOVA HERMENÊUTICA.....	524
5.7.1. Crise da Hermenêutica Jurídica Clássica	524
5.7.2. Filosofia da Linguagem.....	525
5.7.3. Nova Hermenêutica Constitucional	531
5.8. HERMENÊUTICA ESPECIFICAMENTE CONSTITUCIONAL.....	534
5.9. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DA NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	536
5.9.1. Princípio da Unidade da Constituição.....	537
5.9.2. Princípio do Efeito Integrador	539
5.9.3. Princípio da Força Normativa.....	540
5.9.4. Princípio da Máxima Efetividade.....	541
5.9.5. Princípio da Justeza ou da Conformidade Funcional	542
5.9.6. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	543

5.9.7.	Princípio da Presunção da Constitucionalidade das Leis	544
5.9.8.	Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização	545
5.9.9.	Princípio da Razoabilidade	547
5.9.10.	Princípio da Proporcionalidade.....	548
5.9.11.	Princípio das Razões Públicas.....	548
5.9.12.	Princípio do Cosmopolitismo	550
5.10.	MÉTODOS DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL.....	552
5.10.1.	Método Jurídico Clássico.....	552
5.10.2.	Método Tópico-Problemático (A Tópica).....	552
5.10.3.	Método Científico-Espiritual.....	554
5.10.4.	Método Hermenêutico-Concretizador	554
5.10.5.	Método Normativo Estruturante.....	555
5.10.6.	Método da Comparação Constitucional.....	556
5.10.7.	Revolta contra o Método	557
5.11.	CONFLITOS ENTRE NORMAS CONSTITUCIONAIS	558
5.11.1.	Proporcionalidade.....	559
5.11.2.	Razoabilidade	561
5.11.3.	Ponderação.....	563
5.11.4.	Concordância ou Harmonização Prática.....	563
5.12.	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.....	564
5.13.	DEROTABILIDADE.....	567
5.14.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	569

CAPÍTULO 6 - DIREITO E POLÍTICA.....579

6.1.	NOÇÕES INICIAIS SOBRE POLÍTICA.....	579
6.2.	RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E DIREITO	580
6.3.	DIREITO POLÍTICO	582
6.3.1.	Acoplamento Estrutural entre Política e Direito	584
6.3.2.	Constituição Simbólica	585
6.4.	POLÍTICA JUDICIAL	586
6.5.	ESCOLAS JURÍDICAS E A POLÍTICA	589
6.6.	DIREITO E IDEOLOGIAS.....	590
6.7.	MITO DA NEUTRALIDADE POLÍTICA DO MAGISTRADO	592
6.8.	CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	593
6.9.	ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE COMO PARADIGMA DE GOVERNO DO- MINANTE NA CONTEMPORANEIDADE	599
6.10.	FORMAS POLÍTICAS SUBTERRÂNEAS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS....	603
6.11.	TIPOLOGIAS MODERNAS DO PODER PARA BOBBIO	607
6.12.	DIMENSÕES DA DEMOCRACIA PARA BARROSO	607
6.13.	DEMOCRACIA DELIBERATIVA: DEBATE HABERMAS VERSUS RAWLS.....	608
6.14.	INFOCRACIA.....	609
6.15.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	610

CAPÍTULO 7 – NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITOS HUMANOS..... 615

7.1. NOÇÕES INICIAIS: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	615
7.2. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	616
7.2.1. Declaração de 1948 e Internacionalização dos Direitos Humanos.....	617
7.2.2. Internacionalização dos Direitos Humanos	618
7.2.2.1. Conceito.....	618
7.2.2.2. Marcos da Internacionalização.....	619
7.2.2.3. Manifestações da Internacionalização.....	619
7.2.2.4. Antecedentes Históricos da Internacionalização.....	620
7.2.2.5. Internacionalização dos Direitos Humanos e Formação de um Direito Internacional dos Direitos Humanos	622
7.3. DIREITOS NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	623
7.4. HUMAN RIGHTS APPROACH.....	633
7.5. AGENDA 2030 DA ONU E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL...	639
7.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	641

PARTE V – PSICOLOGIA JURÍDICA**CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE PSICOLOGIA JURÍDICA..... 651**

1.1. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA JURÍDICA.....	651
1.2. PSICOLOGIA JURÍDICA E PSICOLOGIA JUDICIÁRIA.....	652
1.3. DIVERSAS ABORDAGENS DA PSICOLOGIA.....	653
1.3.1. Behaviorismo (1ª Força)	653
1.3.2. Psicanálise (2ª Força)	655
1.3.3. Psicologia Analítica.....	659
1.3.4. Humanismo (3ª Força).....	660
1.3.5. Terapia Reichiana (ou Psicoterapia Corporal).....	661
1.3.6. Psicologia Transpessoal (4ª Força)	662
1.3.7. Gestalt	662
1.3.8. Psicologia Social.....	663
1.3.9. Abordagens Ultrapassadas da Psicologia	663
1.4. PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA FORENSE.....	664
1.4.1. Exame Criminológico.....	665
1.4.2. Reforma Psiquiátrica	668
1.5. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	672

CAPÍTULO 2 – ASSÉDIO SEXUAL E ASSÉDIO MORAL..... 675

2.1. ASSÉDIO SEXUAL.....	675
2.2. ASSÉDIO MORAL	677
2.3. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	680

CAPÍTULO 3 – PSICOLOGIA, TEORIA DO CONFLITO E MECANISMOS AUTOCOM-POSITIVOS..... 685

3.1. CONFLITUOSIDADE	685
3.2. PULSÃO DE VIDA (EROS) E PULSÃO DE MORTE (THANATOS)	685
3.3. CONFLITO E MUDANÇA.....	686
3.4. ESPIRAIS DE CONFLITO (OU ESCALADA DO CONFLITO)	687
3.5. PROCESSOS CONSTRUTIVOS E DESTRUTIVOS.....	688
3.6. TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	689
3.6.1. Declaração de Abertura	689
3.6.2. Técnica do Rapport	690
3.6.3. Estratégias para Transação	691
3.6.4. Encerramento da Mediação e Conciliação.....	692
3.7. NEGOCIAÇÃO DISTRIBUTIVA E NEGOCIAÇÃO INTEGRATIVA.....	692
3.8. TEORIA DOS JOGOS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	694
3.9. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONDUTA DO MEDIADOR.....	698
3.10. O PAPEL DA PSICANÁLISE NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS	701
3.11. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	701

CAPÍTULO 4 – FATORES PSICOLÓGICOS COM INTERFERÊNCIA NO PROCESSO JUDICIAL..... 705

4.1. A PERSONALIDADE DO JUIZ.....	705
4.2. EMOÇÃO E A DECISÃO	709
4.3. A PSICOLOGIA DAS PARTES.....	710
4.4. A PSICOLOGIA DO ADVOGADO/DEFENSOR.....	711
4.4.1. Relação Defensor-Constituinte	711
4.4.2. Relação entre Patrono de uma Causa Judicial e o Juiz.....	712
4.4.3. Relação entre os Demais Atores Processuais.....	712
4.5. A PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO E O PROCESSO PSICOLÓGICO DE OBTENÇÃO DA VERDADE JUDICIAL	712
4.5.1. Verdade Real <i>versus</i> Verdade Processual	712
4.5.2. Fidedignidade do Testemunho	717
4.5.3. Classes de Perguntas	717
4.6. A INTERDISCIPLINARIDADE NOS CASOS JUDICIAIS COMPLEXOS.....	719
4.7. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	722

CAPÍTULO 5 – NOVOS MODELOS DE JUSTIÇA E A PSICOLOGIA JURÍDICA..... 723

5.1. JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	723
5.1.1. Práticas de Justiça Restaurativa.....	728
5.1.2. Justiça Restaurativa e Prisões.....	730
5.2. JUSTIÇA TERAPÊUTICA.....	731
5.3. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	734

CAPÍTULO 6 – PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO 737

- 6.1. PROFISSIONAIS DO DIREITO E COMUNICAÇÃO SOCIAL.....737
- 6.2. RELACIONAMENTO DOS MAGISTRADOS COM A SOCIEDADE E A MÍDIA 738
- 6.3. COMPORTAMENTO DO JUIZ NAS REDES SOCIAIS.....741

PARTE VI – ÉTICA JURÍDICA**CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE ÉTICA 751**

- 1.1. INTRODUÇÃO À ÉTICA751
- 1.2. A FENOMENOLOGIA DO ETHOS.....752
- 1.3. PARADIGMAS ÉTICOS753
- 1.4. ÉTICA E POLÍTICA.....755
- 1.5. ÉTICA E DIREITO.....757
- 1.6. INTERSUBJETIVIDADE E ÉTICA.....758
- 1.7. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS760

CAPÍTULO 2 – ÉTICA JURÍDICA..... 763

- 2.1. ÉTICA PROFISSIONAL GERAL E ÉTICA ESPECÍFICA DAS PROFISSÕES JURÍDICAS.....763
- 2.2. DEONTOLOGIA JURÍDICA.....764
- 2.3. PRINCÍPIOS DA DEONTOLOGIA JURÍDICA.....765
- 2.4. PRINCÍPIOS DE BANGALORE766
- 2.5. MANDAMENTOS ÉTICOS BÁSICOS DA MAGISTRATURA, DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO770
- 2.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....773

CAPÍTULO 3 – ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL..... 777

- 3.1. PODER JUDICIÁRIO E SEUS JUÍZES777
- 3.2. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL781
 - 3.2.1. Estatuto da Magistratura781
 - 3.2.2. Estrutura da Magistratura.....786
 - 3.2.2.1. Conceitos Básicos.....786
 - 3.2.2.2. Cargos Isolados na Magistratura.....787
 - 3.2.2.3. Cargos em Carreira na Magistratura788
 - 3.2.2.4. Ingresso788
 - 3.2.2.4.1. Concurso Público788
 - 3.2.2.4.2. Quinto Constitucional.....792
 - 3.2.2.4.3. Impossibilidade de Modificação do Trâmite de Escolha de Desembargadores pelo Constituinte Estadual.....793
 - 3.2.2.4.4. Quinto Constitucional e Cláusula da Reserva do Impossível.....794

3.2.2.4.5. Princípio da Presunção de Inocência e Indicação de Advogado que responde a Inquérito ao Cargo de Desembargador	794
3.2.2.5. Eleição nos Tribunais	794
3.2.3. Promoções	795
3.2.4. Remoções	800
3.3. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA	801
3.4. SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	805
3.4.1. Controle Interno	805
3.4.2. Controle Externo	813
3.5. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS	814
3.5.1. Responsabilidade Administrativa	814
3.5.2. Responsabilidade Civil	817
3.5.3. Responsabilidade Criminal	818
3.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	819

CAPÍTULO 4 – CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA 827

4.1. NOÇÕES INICIAIS	827
4.2. PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA	827
4.3. PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE	828
4.4. PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA	828
4.5. PRINCÍPIO DA INTEGRIDADE PESSOAL E PROFISSIONAL	829
4.6. PRINCÍPIO DA DILIGÊNCIA E DEDICAÇÃO	830
4.7. PRINCÍPIO DA CORTESIA	831
4.8. PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA	832
4.9. PRINCÍPIO DO SIGILO PROFISSIONAL	832
4.10. PRINCÍPIO DO CONHECIMENTO E DA CAPACITAÇÃO	832
4.11. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE, DA HONRA E DO DECORO	833
4.12. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	834

PARTE VII – DIREITO DIGITAL

CAPÍTULO 1 – TEORIA DO DIREITO DIGITAL 839

1.1. 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	839
1.2. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO	841
1.3. ALGORITMOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO	844
1.4. QUESTÕES ÉTICAS E JURÍDICAS DE DECISÕES AUTOMATIZADAS	848
1.5. RESOLUÇÃO Nº 615 DE 2025 DO CNJ: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO	851
1.6. AUDIÊNCIAS VIRTUAIS	854
1.7. CORTES REMOTAS	856

1.8. PROVAS DIGITAIS	857
1.9. JURIMETRIA.....	858
1.10. BLOCKCHAIN, CRIPTOMOEDAS E CONTRATOS INTELIGENTES.....	859
1.11. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	861

CAPÍTULO 2 – DESAFIOS DA PERSECUÇÃO PENAL DIANTE DA TECNOLOGIA..... 865

2.1. CIBERSEGURANÇA E CIBERCRIMES	865
2.2. DEEP WEB E DARK WEB	867
2.3. CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.....	868

CAPÍTULO 3 – NOÇÕES GERAIS SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 871

3.1. INTRODUÇÃO À PROTEÇÃO DE DADOS	871
3.2. ASPECTOS ESSENCIAIS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	872
3.3 QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	879

PARTE VIII – DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS SOBRE O DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO..... 885

1.1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO	885
1.2. MODALIDADES DE DISCRIMINAÇÃO E CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO.....	885
1.3. RACISMO ESTRUTURAL	892
1.3.1. Raça e Racismo.....	893
1.3.2. Tipos de Racismo	893
1.3.3. Racismo como Processo Político.....	895
1.3.4. Racismo como Processo Histórico.....	895
1.3.5. Racismo como Ideologia	895
1.3.6. Racismo, Biopolítica e Necropolítica.....	897
1.3.7. Racismo, Direito e Teoria Crítica da Raça.....	898
1.3.8. Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial	901
1.4. OPRESSÃO CONTRA A MULHER.....	904
1.4.1. Feminismo.....	904
1.4.2. Gênero e Patriarcado.....	911
1.4.3. Gênero e Raça	917
1.4.4. Questões centrais sobre Discriminação e Desigualdades de Gênero.....	920
1.4.5. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero.....	922
1.5. AÇÕES AFIRMATIVAS.....	926
1.5.1. Participação Política das Mulheres	926
1.5.2. Cotas para Pessoas com Deficiência.....	927
1.5.3. Cotas Raciais e Programa Universidade para Todos (PROUNI).....	928
1.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	938

CAPÍTULO 2 – NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS ANTIDISCRIMINAÇÃO 947

2.1. NORMAS ANTIDISCRIMINAÇÃO	947
2.2. DIREITO DAS MULHERES.....	948
2.2.1. Planos de Proteção	948
2.2.2. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	948
2.2.3. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.....	951
2.2.4. Proteção Constitucional.....	953
2.2.5. Lei Maria da Penha.....	954
2.3. DIREITOS CONTRA DISCRIMINAÇÃO E PELA IGUALDADE RACIAL	956
2.3.1. Planos de Proteção	956
2.3.2. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial	957
2.3.3. Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho sobre discriminação em matéria de emprego e profissão.....	961
2.3.4. Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial e outras formas Correlatas de Intolerância.....	963
2.3.5. Proteção Constitucional	965
2.3.6. Proteção Legal	968
2.3.6.1. Estatuto da Igualdade Racial	968
2.3.6.2. Leis de Cotas.....	972
2.4. DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL	973
2.4.1. Diversidade Sexual e Pessoas LGBTQIA+	973
2.4.2. Normativa Internacional sobre os Direitos das Pessoas LGBTQIA+: Os Princípios de Yogyakarta	974
2.4.3. Proteção no Continente Americano e Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	976
2.4.4. Proteção Constitucional: ADI Nº 4275 e ADO Nº 26	979
2.5. DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	982
2.5.1. Planos de Proteção	982
2.5.2. Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas	983
2.5.3. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.....	985
2.5.4. Proteção no Continente Americano e Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	988
2.5.5. Proteção Constitucional	989
2.5.6. Proteção em Resoluções do CNJ	995
2.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	1000

ANEXO – QUADRO COMPARATIVO DA RESOLUÇÃO Nº 75 VERSUS CAPÍTULOS DO LIVRO 1007**REFERÊNCIAS 1011**